



UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O BRASIL: EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Louise Storni Vasconcelos de Abreu¹

INTRODUÇÃO

A partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, o Conselho Federal de Educação (CFE) criou a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Segundo Maria do Carmo Martins (2003), “[...] com intenção dos alunos aprenderem a exercer conscientemente a cidadania democrática” (MARTINS, 2003, p.164). Apesar da criação dessa nova disciplina, depois do golpe de 1964, renovaram-se as discussões sobre a reformulação do enfoque dado à educação moral e cívica nas escolas brasileiras. Isto é, a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) foi instituída e utilizada como instrumento de combate ao comunismo, à subversão e com estímulo à adoração da pátria.

O Decreto-Lei 869 de 12 de setembro 1969, além de estabelecer como obrigatória a disciplina EMC. Segundo Juliana Miranda Filgueiras (2006), também criou “[...] a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) foi criada como um órgão normativo pelo executivo” (FILGUEIRAS, 2006, p.56) e subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), sendo responsável pelas questões da moral e do civismo no que tangia à escola, aos sindicatos, à imprensa e aos órgãos não governamentais.

A promulgação da Lei n. 5.692/1971 pretendia reorganizar o sistema educacional vigente, visto pelos militares como ultrapassado e pouco produtivo, propício para a formação de mentes subversivas. A meta era alinhá-lo ao novo modelo político centralizador implantado à ideologia defendida pelo novo poder político do Estado. O poder e autoritarismo nas práticas pedagógicas mostram como a disciplina

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora da rede particular e municipal de Educação no Espírito Santo e tutora da graduação de História a distância pela UFES no polo Universidade Aberta Brasileira (UAB) da cidade de Aracruz.

EMC tinha finalidades e objetivos definidos pelo governo. Entende-se que o papel da escola não se limita ao exercício de ensinar, mas a um complexo de finalidades e objetivos que se combinam e conferem à escola sua função educativa.

O objetivo nesse artigo é analisar alguns verbetes da primeira edição *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, organizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 1967, ou seja, dois antes da criação da disciplina Educação Moral e Cívica. Nesse sentido, a educação brasileira do período da ditadura militar sofreu profundas reformas que buscavam, como principal objetivo, reformular e adaptar o sistema educacional aos moldes políticos e ideológicos implantados pelo golpe.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para entendermos a história das disciplinas escolares na Educação no Brasil serão utilizados alguns referenciais teóricos que norteiam a análise. André Chervel (2008), entende “[...] a disciplina escolar como a interligação de vários conhecimentos.” (Apud BITTENCOURT, 2008, p.38). Por isso, ela deve ser estudada historicamente e contextualizada com o momento histórico, considerando as relações de poder intrínsecas na formação do conhecimento.

A partir do século XX, a constituição das disciplinas foi um processo de disputa de representação sobre a educação correta, sobre o que a escola poderia entender como permanência em relação à nação às gerações futuras, ou seja, o que deveria fazer parte do currículo escolar.

Para André Chervel (1990), “[...] o historiador precisa considerar as finalidades que determinada disciplina pretende satisfazer, para compreender que em cada época a escola está a serviço de diferentes objetivos” (CHERVEL, 1990, p.188). Compreendo que as mudanças nas finalidades educativas, vão transformar os conteúdos de instrução a serem ensinados. Vou verificar algumas finalidades educativas através de análises de alguns verbetes da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* utilizada durante o período da ditadura militar no Brasil.

Para embasar a análise da história dos impressos, vou utilizar Roger Chartier, que diz ser interessante observar as tentativas de controle que os autores e o editor mantém sobre os impressos. Chartier argumenta que em cada momento e em cada lugar existe uma comunidade de leitores com suas respectivas tradições de leitura que legitima o uso do livro, no caso desse artigo, a enciclopédia, as maneiras de ler e as formas de interpretação.

Chartier (1999) estabelece ainda relações com o conceito de representação, que também será utilizado nesse artigo. Assim, ele esclarece que a História Cultural pode ser analisada para entendermos o social e o político. É importante identificar como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e “dada a ler”. Por isso, a História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, uma vez que as representações podem ser pensadas como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17).

[...] As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso está investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um

grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p. 17).

As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais. Por mais que se pretendam universais, são determinadas pelos interesses dos grupos que as produzem. Por isso, o poder e a dominação estão sempre presentes. Portanto, as representações não são discursos neutros, pois tendem a impor a autoridade e a legitimar escolhas. Geralmente, encontram-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social, por isso dependem do crédito concedido à representação. As representações permitem também avaliar o que é percebido por um indivíduo ou grupo e como esses constroem e propõem para si mesmos e para outras essas representações.

Desse modo, os processos criados a partir da História Cultural estabelecem relações entre a história dos textos, a história dos livros e a história da leitura, permitindo uma fértil reflexão a respeito da História como discurso acerca da realidade, pois permite vincular as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos sociais se percebem e percebem os demais. Dessa forma, as representações, sejam elas coletivas ou individuais incorporam visões de mundo através de representantes, o que garante a estabilidade de um *status quo* ou sua ruptura.

Assim, analiso a seguir dos verbetes da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* a partir do conceito de representações, com objetivo de compreender o poder dos escritos na tentativa de imposição e legitimação do poder político.

AVALIAÇÃO SOBRE ALGUNS VERBETES DA PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO.

Avalio a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* como parte de um objeto cultural utilizado para as representações de moral e civismo proposto pelo governo autoritário. A enciclopédia que tenho acesso é a 1ª edição publicada em 1967. A *Pequena Enciclopédia* foi elaborada com apoio do MEC, através da Campanha Nacional de Material de Ensino.

A enciclopédia tem como principal autor Fernando Bastos Ávila, padre e professor de sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A coordenadora era Alfredina Paiva e Souza, professora catedrática do Instituto de Educação do Estado da Guanabara atual Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), o trabalho foi realizado por trinta e sete especialistas de diferentes instituições de ensino superior e das esferas municipal, estadual e federal, sendo vinte dois também professores da PUC-RJ. Todas com atuação de pesquisa em áreas como educação, filosofia, sociologia, geografia, museologia, jornalismo, direito, economia, ciências políticas, serviço social, psicologia e administração.

A diretora executiva da Campanha Nacional do Material de Ensino, Heloisa Araújo, escreveu a apresentação da enciclopédia em 1967, dedicando-a a alunos e mestres. Ela deixa claro que o objetivo da obra é ressaltar os valores humanos que são a essência da organização política, social e econômica brasileira para contribuir para a formação moral e cívica da juventude brasileira, tornando possível a harmonia social dentro do espírito de confraternização e solidariedade humana.

Foram escolhidos alguns verbetes, dentre os 1500 que compõem a obra, como categorias para a análise mais apurada do projeto educacional proposto pelo governo. Além disso, serão analisados também, o *Decálogo Cívico*, isto é, os dez mandamentos ou preceitos para o exercer a cidadania segundo a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* (1967), que são:

1º. Amarás o Brasil, tua Pátria, com um amor inteligente e forte. Inteligente, para conhecer



seus problemas e grandezas; forte para empenhar-te em prol de seu desenvolvimento e na defesa de sua soberania.

2°. Amarás os teus irmãos brasileiros, reconhecendo em todos a igual dignidade de pessoas humanas, sem discriminações de raça, origem, condição social, situação econômica, opiniões doutrinárias, ideológicas ou religiosas.

3°. Não excluirás de teu amor e respeito os filhos de outras terras que vieram colaborar lealmente para a grandeza da pátria comum.

4°. Prezarás os teus valores humanos, espirituais e físicos, procurando, através de todos os recursos do ensino e da educação, leva-los a uma plenitude ordenada e harmoniosa.

5°. Amarás entranhamente o bem, a virtude, e a verdade, detestando o mal, a mentira e a iniquidade.

6°. Amarás com predileção a tua família, cuja promoção te dedicarás pelo trabalho competente, no exercício de uma profissão.

7°. Procurarás conhecer sempre melhor teus deveres e direitos de cidadão, para observá-los com maior fidelidade, esforçando-te por participar da vida de tua cidade, de teu município, de teu Estado e da Federação.

8°. Lembrar-te-ás que um bom cidadão não pode ignorar os elementos fundamentais da organização jurídica e administrativa de sua Pátria.

9°. Deverás também te esforçar por conhecer sempre melhor os elementos da organização econômica e dos processos sociais do Brasil, bem como os sistemas propostos para resolver os seus problemas, a fim de formar, a respeito de todos, uma opinião clara e segura.

10°. Não deverás nunca esquecer que o Brasil faz parte de uma Cultura e de uma Comunidade Internacional, para com os quais tem também direitos inalienáveis e deveres urgentes, de cujo respeito depende o advento da paz justa e definitiva (PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO, 1967, Decálogo Cívico).

Esse conjunto de normas, que deveria orientar a atuação do cidadão, traduz o papel que dele se espera e o sentido atribuído à cidadania. Nele está presente, sem dúvida, a visão do amor à pátria independente dos problemas que se encontrava no país; missão de lealdade e colaboração a ela, assim como obediência às regras, que caracteriza os valores humanos, desde os direitos até os deveres para que o Brasil alcançasse a paz justa e definitiva. Por outro lado, o *decálogo cívico* reflete o grande desafio com que se deparavam o governo brasileiro do período: a construção e a manutenção da pátria, isso porque era necessário relembrar e reiterar a todo o momento as ideias de amor, organização jurídica e administrativa, lealdade, ordem e harmonia à pátria.

Os verbetes que escolhi são *cidadania*, *democracia*, *educação*, *moral*. A escolha desses verbetes apresenta seus riscos e vantagens. No campo dos riscos, primeiramente, se constitui um desafio, pois toda lista é incompleta, a simples apresentação de uma lista não é suficiente para esclarecer os pressupostos que guiaram sua escolha. No campo das vantagens, primeiramente é impossível analisar todos os verbetes de um dicionário. Segundo, as palavras escolhidas estão relacionadas ao campo da disciplina escolar, assim como a conjuntura da época estudada.

Isso não significa dizer que a escolha foi fácil de ser realizada. Em uma primeira análise do dicionário foram pré-selecionados vinte e três verbetes. A partir dessa primeira escolha, fui analisando os conceitos que eu gostaria de utilizar como categorias de análise.

O conceito do primeiro verbete escolhido *cidadania* é definida na enciclopédia (1967) analisada como o “[...] pleno gozo de todos os direitos civis e políticos do cidadão em um país” (PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO, 1967, p.76). Para embasar essa primeira afirmativa, são utilizados artigos da Constituição Militar de 1967, que reproduz as condições para o gozo da cidadania. O primeiro passo, para exercer a cidadania seria necessário ter nacionalidade brasileira, ou seja, nascer no Brasil e por isso mantêm vínculo permanente com a nação ou aquele que adquire a nacionalidade brasileira e, por isso, adquire direitos políticos. O segundo é ser eleitor, sendo a prática do alistamento eleitoral e do

voto obrigatórias, ou seja, ter direito ao voto. No entanto, nesse período, o voto para presidente da República se tornou indireto, ou seja, o Presidente era escolhido por meio de um Colégio Eleitoral formado pelos integrantes do Congresso, e delegados indicados pelas Assembleias Legislativas. Ao que diz respeito em exercer a cidadania através de ser eleito, nada consta. Pelo contrário, há no termo cidadania, uma alínea que diz sobre as causas de inelegibilidade, dando a entender que, para praticar a cidadania em 1967, era necessário ser inelegível.

No Brasil, a Constituição determina do art 140 ao art 151, quais as condições de gôzo da cidadania, estabelecendo: a) quem tem nacionalidade brasileira; b) causas de perda da nacionalidade brasileira; c) quem pode ser eleitor; d) impedimentos de alistamento eleitoral; e) obrigatoriedade de alistamento e voto; f) características das eleições para funções públicas; g) causas de suspensão ou perda dos direitos políticos e suas consequências; h) condições para a requisição dos direitos políticos e da nacionalidade brasileira; i) causas da inelegibilidade (PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO, 1967 p.76).

Para exercer a cidadania, segundo a enciclopédia, é importante também conhecer a Constituição, especialmente os capítulos sobre nacionalidade e cidadania. Além disso, é necessário ter consciência dos direitos, e responsabilidades e procurando difundir esse conhecimento pela comunidade.

Ao reconhecer, que a enciclopédia possa simbolizar uma percepção do social, sem esquecer que ela não dispõe de discursos neutros, pois esses discursos produzem estratégias e práticas sociais, escolares e políticas que procuram estabelecer autoridade. Entendo também que uma enciclopédia, ou dicionário não é capaz de uniformizar toda a comunicação ou o sentido atribuído às palavras já que, normalmente, um verbete não pode justificar as escolhas e conduta de quem o fez.

A segunda palavra escolhida foi *Democracia*, já que estamos estudando um período em que o governo afirmava estar comprometido com os valores democráticos. De acordo com a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* (1967), democracia é explicado etimologicamente a partir “[...] Do grego ‘demo’ + ‘Kratos’ [...] [e] designa um governo do povo” (PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO, 1967, p.142). Porém, há uma explicação quanto ao termo, pois na Grécia antiga significava muito mais uma organização política que uma forma de organização do Estado. Isso porque apesar de utilizarmos a palavra democracia, as relações feitas não foram estabelecidas na contemporaneidade, mas construídas em um processo histórico datado e definido, o que concede à palavra diferentes formas de apropriação, de atribuição de sentido.

Ainda sobre o verbete *Democracia*, esse termo foi apropriado pelo Império Romano, reaparecendo juntamente com as cidades medievais, onde os interesses mercantis conseguiram sobrepor-se aos interesses dos senhores feudais. O vocábulo foi repensado no século XVIII e elaborado em termos de sistema político. Nesse ponto do verbete, há uma justificativa do porquê o povo brasileiro no período do regime militar não poder escolher seus governantes, pois “dada à impossibilidade concretas das democracias diretas em um país de alto potencial demográfico” (PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO, 1967, p.142), ou seja, em qualquer outro caso, a democracia direta poderia acontecer. Na elucidação da expressão, encontra-se o porquê da exclusão de algumas pessoas como mulheres (em alguns países, não mais no Brasil), menores de idade e analfabetos do processo democrático. Porém, há uma defesa implícita para que o voto dos analfabetos, alegando que eles são excluídos em uma cultura em que os sinais escritos são os únicos meios de comunicação. No entanto, com a difusão de meios de comunicação como televisão e rádio, os analfabetos também podem adquirir conhecimentos, portanto, podem passar a exercer esse direito, apesar de na época ainda não o exercer. Quando a lei que determina o voto não é igual para todos, sejam homens e mulheres, independente de sua classe social ou cor, como diz José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2004, p.38), essa lei passa a ser “um erro de sintaxe política, pois criava uma oração política sem sujeito, um sistema representativo sem povo”.

Além disso, na enciclopédia, há esclarecimentos sobre a democracia, em que o exercício do poder ocorre em um período determinado, com possibilidade ou não de reeleição, porém as regras para o exercício de poder devem estar fixadas por uma Constituição elaborada por representantes do povo. Explica ainda que não existe democracia em regime de partido único, como ocorre com os regimes totalitários e a democracia é inseparável das liberdades de pensamento, expressão, imprensa, locomoção e associação.

A partir da análise desse verbete, entende-se também que a democracia é um processo lento de amadurecimento, que não é só com as liberdades garantidas que ela é alcançada, pois as pessoas aumentam suas capacidades críticas através de decepções e esperanças frustradas, ou seja, é só através do exercício da democracia que se pode chegar a um ideal democrático, mesmo com riscos e imperfeições, sendo ela a escola dela mesma. Dessa forma, o verbete analisado revela não somente a ruptura, mas a permanência de alguns significados e relações para a palavra.

O terceiro termo analisado é *educação*, que também é explicada etimologicamente: “Do latim ‘educere’ que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter” (Pequena Enciclopédia de Educação Moral e Civismo, 1967, p.180). Ao longo da explanação do verbete é compreendida que a educação não é uma adaptação do indivíduo ao meio, pois ela deve levar o indivíduo a realizar potencialidades físicas, intelectuais, morais e espirituais, mas não deve ser somente uma preparação para a vida profissional. Por ser um processo contínuo deve começar pela família, mas ela não é a única a fazer parte desse processo, já que a família não dispõe em si mesma de todos os meios indispensáveis para educar. Por isso, a escola também faz parte desse processo e é direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além da escola, o Estado também faz parte desse processo, já que deve promover o bem comum, ou seja, proteger crianças e adolescentes quando faltar física e/ou moralmente a presença dos pais. No entanto, o Estado não tem o direito de impor uma educação, mas sim de proporcionar que as pessoas recebam educação escolhida pelos pais. Assim de acordo com a enciclopédia (1967), toda educação deve apresentar aspectos básicos: “[...] educação moral, [...] educação religiosa, [...] educação da inteligência, [...] educação da afetividade, [...] educação sexual, [...]

educação física e da saúde, [...] educação para a cidadania e [...] educação vocacional e profissional” (PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO, 1967, p.181). Para tanto, para uma educação de qualidade exige-se uma ação conjugada da família e da escola em estreita colaboração com Estado, pois não é só através de leis que se faz a educação. Os direitos são assegurados por leis, mas a educação é feita na prática.

A quarta palavra escolhida para análise é *moral*, que é definida na enciclopédia como um conjunto sistemático das normas que orientam o homem para realização de seu fim. Durante a explicação do termo percebe-se uma tentativa de distinção entre moral e objetivo, pois este último é considerado alvo que um homem se propõe a alcançar pelos seus esforços, enquanto o problema em alcançar a moral está em diferenciar a existência da essência, ou seja, o homem só adquire sentido quando além de sujeito, ele constitui-se objeto de sua própria consciência. Desse modo, a moral também se distingue da Ética e dos costumes, do primeiro, porque a Ética é o estudo filosófico das ações humanas, procurando uma justificação racional. Do segundo, porque a ciência que estuda os costumes utiliza de métodos da pesquisa sociológica para descrever o modo de agir de grupos humanos em determinada época.

Reconheço que a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* não pode responder a todas as questões quando tratamos de objetos tão ricos e complexos. Entendo também que educar o povo era e continua sendo um dever e um interesse. Tal interesse não se restringia somente ao ensino escolar, embora esse fosse visto como importante por formar na criança o hábito de pensar antes de falar, de aproveitar o tempo e, sobretudo o amor ao trabalho e à pátria. Mas também, interesse de quem está no poder, já que as representações não são linguagens imparciais, pois deseja que a apropriação feita pelo outro, ou dada a ler por esse outro, tenha força para que o discurso possa se legitimar.

Ao analisar alguns verbetes da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, percebo que há uma tentativa de formular um mecanismo de apropriação de ideias antes mesmo da disciplina Educação Moral e Cívica ser implantada. Assim como Chartier (1991), temos que perceber que a leitura seja de um livro, ou mesmo

de verbetes de enciclopédia, “[...] é uma prática encarnada de gestos e práticas e as variações de textos e dos leitores, que devem ser levados em conta para a construção de sentidos” (CHARTIER, 1991, p.179). No caso dos verbetes da enciclopédia avaliada, há uma tentativa através da representação, de uma apropriação e compreensão do que está escrito com finalidades específicas, isto é, como instrumento de combate ao comunismo, à subversão e o incentivo à adoração da pátria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter como objeto cultural de análise a enciclopédia analisada foi de grande valor para enriquecer esse trabalho, que é um dos resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado em História pela UFES. As palavras: *democracia* e *educação* fizeram parte da História do Brasil durante todo século XX, enquanto *cidadania* e *moral* desde o início do Império. No entanto, foi durante a República que a cultura cívica se inseriu na educação escolar. Nestes momentos, o Estado assumiu posturas autoritárias, inserindo-se na escola com objetivo de transformá-la em instrumento de construção da cultura cívica nacionalista a serviço dos projetos de sociedade organizados por seus dirigentes.

Ao analisar alguns verbetes da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* de 1967, percebo que há uma tentativa de formular um mecanismo de apropriação de ideias antes mesmo da disciplina Educação Moral e Cívica ser implantada. Através da representação, de uma apropriação e compreensão do que está escrito com finalidades específicas, isto é, como instrumento de combate ao comunismo, à subversão que representavam a principal justificativa dos militares para o golpe de 1964 e precisava alimentar este imaginário do perigo comunista e a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* desempenha este papel.

Estudar as estratégias utilizadas pelo governo autoritário da época para implantação da disciplina, primeiro publicando uma enciclopédia e depois instituindo a obrigatoriedade da disciplina pela legislação, permitiu-nos entender como a formação moral e cívica se constituiu numa preocupação do governo em apropriar-se da educação brasileira para alcançar seu objetivo, que era moralizar a pátria e seus

cidadãos de acordo com seus conceitos sem levar em conta, nem valorizar, a criticidade dos sujeitos envolvidos.

Ao levarmos em conta que esse número da *Revista Perspectiva Histórica* é um ato de resistência contra a retirada da disciplina de História do currículo obrigatório do Ensino Médio, e ao estudarmos a História, estamos estudando à luz do nosso tempo, podemos fazer uma breve comparação da situação atual com a vivida na época em que a Educação Moral e Cívica foi implantada.

Isso porque, o governo militar estava trabalhando em prol de um projeto educacional cujo objetivo era a imposição e legitimação do poder político instituído de forma autoritária, que contribuísse para a formação moral e cívica da juventude brasileira, tornando possível a harmonia social através da reiteração a todo o momento das ideias de amor, organização jurídica e administrativa, lealdade, ordem e harmonia à pátria. O governo atual retirou do debate democrático a reforma educacional que deveria ter sido transformada em Projeto de Lei para ser discutido pela sociedade civil. No entanto, foi transformada em uma Medida Provisória (MP), que é muito mais rápido para ser aprovado e colocado em prática, já que não necessita de uma discussão ampla da sociedade.

A reforma do ensino médio foi eleita pelo governo após o Brasil não ter conseguido, por dois anos consecutivos, cumprir as metas determinadas. De acordo com dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade do ensino no país, o ensino médio está em pior situação quando comparado às séries iniciais e finais da educação fundamental. Nesse sentido, o projeto educacional do governo atual tem como objetivo aparentemente melhorar a educação, mas não é desvalorizando o profissional da educação, afirmando que pessoas com saber notório podem lecionar, não é ampliando o tempo na escola e retirando matérias inteiras do currículo, que vai diminuir a evasão escolar, que vai fazer a escola ficar melhor, que fará o aluno aprender mais, melhorar o Ideb, muito menos melhorar a educação. Para melhorar a educação no Brasil, são necessárias algumas mudanças sim, mas essas não podem ser impostas de forma autoritária, precisamos pensá-la e discuti-la em conjunto: sociedade civil e especialistas da área. Assim, não cometeremos erros do passado e estaremos exercendo a tão sonhada democracia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe. Disciplinas escolares: História e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de, RANZI, Maria Fischer (Org). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: Edusf. 2003.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p.7-38.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: Revista de Estudos Avançados. São Paulo: volume 5, nº 11. 1991.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução: Mary Del Priori. Brasília. 1999.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Nunes. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: Reflexões Sobre Um Campo de Pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 2. 1990.

FILGUEIRAS, Juliana M. *A educação moral e cívica e sua produção didática (1964-1993)*. Dissertação de mestrado. PUC-SP. 2006.

FILGUEIRAS, Juliana M. *O ensino de Educação Moral e Cívica e um novo modelo de cidadão*. IN: **Anais** do XXIV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: ANPUH. 2007.

MARTINS, Maria do Carmo. As humanidades em debate: A reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de, RANZI, Maria Fischer (Org). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 141-170.

MECHI, Patrícia Sposito. *O poder da educação: ideologia e dominação no Projeto educacional da ditadura militar*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de Freitas B. de. *A implantação da Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro em 1969*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, 1982.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

Recebido em 31/03/2017 - Aprovado em 1/06/2017

